

O QUILOMBO NO SÉCULO XXI: NOTÍCIAS SOBRE QUILOMBOS E QUILOMBOLAS NO E DO PARÁ EM 2018¹

Jobson Murilo Barbosa Marinho²

Rosa Elizabeth Acevedo Marín³

Resumo:

A partir da observação de 111 textos de notícias sobre quilombos e quilombolas do Pará, em sete veículos de comunicação, no período entre janeiro e outubro de 2018, este trabalho apresenta uma reflexão sobre os assuntos mais abordados pela mídia ao tratar da temática quilombola. A partir da pesquisa empírica e de entrevistas semiestruturadas com pessoas ligadas ao movimento negro e quilombola no Pará, buscou-se ampliar a reflexão sobre o tema e, ao final, propor sugestões de como os jornalistas podem melhorar sua abordagem sobre o assunto e a qualidade das informações veiculadas na mídia, de forma a contribuir com a efetivação dos direitos garantidos aos quilombolas no Pará e no Brasil.

Palavras-chave: Quilombos; Notícias; Pará.

Abstract:

Based on the observation of 111 texts about quilombos and quilombolas from Pará, published between January and October 2018 in seven media outlets, this work presents a reflection on the issues most addressed by the media when it comes to quilombola communities. With this empirical research and semi-structured interviews with people related to the black and quilombola movement in Pará, sought to broaden the reflection on the subject and, at the end, to propose suggestions on how journalists can improve their approach on the theme and the quality of information disseminated in the media, in order to contribute to the effectiveness of the rights guaranteed to the quilombolas in Pará and Brazil.

Keywords: Quilombos; News; Pará.

1. Introdução:

Este trabalho busca trazer uma reflexão a respeito das notícias sobre questões quilombolas no Estado do Pará veiculadas no ano de 2018. A partir de um levantamento de

¹ Trabalho elaborado como pré-requisito para a conclusão do curso de especialização FIPAM XXVIII: Comunicação Científica na Amazônia, ofertado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA).

² Autor do trabalho. Graduado em Comunicação Social – Jornalismo (UFPA). Discente do curso de Comunicação Científica na Amazônia, ofertado no âmbito do FIPAM/NAEA/UFPA. E-mail: jobsonmurilo@hotmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Socióloga formada pela Universidad Central de Venezuela (UCV) e doutora em História e Civilização pela Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França. Docente do quadro permanente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). E-mail: rosaacevedomarin@gmail.com.

notícias em sites jornalísticos, veículos especializados e um jornal impresso de Belém e da realização de entrevistas com acadêmicos, representantes de entidades quilombolas do Pará e do Governo do Estado, este artigo pretende também propor sugestões e reflexões sobre como se pode melhorar a qualidade das informações veiculadas sobre o tema na mídia, de forma a contribuir com a efetivação dos direitos garantidos aos quilombolas no Pará e no Brasil.

O debate acerca de povos e comunidades tradicionais – em particular das comunidades quilombolas - tem sido pautado não apenas pela mídia, mas também por acadêmicos de diferentes campos do conhecimento e pelos próprios movimentos sociais no Brasil, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988, que no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabelece que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Mesmo após 30 anos da CF 88, as comunidades quilombolas encontram dificuldades para efetivar seus direitos, fazendo-se necessária mobilização contínua de movimentos sociais que representam tais comunidades, entidades acadêmicas e jurídicas para sensibilizar o Estado para a emergência do debate sobre povos e comunidades tradicionais como um todo.

A partir do campo da Comunicação, destacamos o trabalho do jornalista Nemézio Clímico Amaral Filho (2006) que, em sua tese de doutorado intitulada *Mídia e Quilombos na Amazônia*, analisa discursos da mídia acerca do tema “remanescente de quilombo” na Amazônia, com foco em revistas e jornais impressos. Seu texto traz reflexões sobre as categorias “negro”, “quilombola” e “Amazônia”, bem como o histórico do tratamento dado pela mídia a respeito dessas categorias. Combinando análise do discurso, análise etnográfica e técnicas de etnorreportagem, Amaral Filho identifica como se formam os discursos a respeito dos quilombos e levanta discussões importantes não apenas da invisibilidade do negro na mídia, mas também a respeito de abordagens racistas e estereotipadas sobre o negro e quilombola na Amazônia, sob o olhar do jornalismo impresso. Essas abordagens, quando fazem menção aos quilombolas da região, reforçam uma crença geral de que esses grupos vivem em comunidades secularmente isoladas, essencialmente negras e perdidas no tempo e espaço. Os textos com esta abordagem também contribuem pouco para o debate do significado do quilombo no século XXI, como identidade política e metáfora comunitária integradora.

Entender os mecanismos que levam a este comportamento dos meios é urgente por ser necessário combater o racismo midiático, observáveis nos fatores já descritos por Muniz Sodré: a mídia manifesta racismo quando tenta negar sua existência, com exceção dos conflitos raciais flagrantes; quando recalca aspectos positivos da cultura negra; quando estigmatiza por meio da

desqualificação da diferença, ‘ponto de partida para todo tipo de discriminação, consciente ou não, do outro’; quando demonstra indiferença profissional do fazer midiático: não há mais causas pelas quais lutar, apenas os ditames comerciais da empresa (AMARAL FILHO, 2006, p. 54)

A dificuldade com um conceito de quilombo ainda ligado aos modelos coloniais também é observada, no campo da Antropologia, por Alfredo Wagner de Almeida (2002). De acordo com este autor, o conceito de quilombo como habitação de negros fugidos, isolados em lugares de difícil acesso, distante da chamada civilização e próximos do mundo natural, marcou profundamente as representações do senso comum. Esse conceito também está encastado no imaginário dos operadores de direito, dos comentaristas com pretensão científica e, também, nos veículos de comunicação.

Daí a importância de relativizá-los [os conceitos de quilombo], realizando uma leitura crítica da representação jurídica que sempre se mostrou inclinada a interpretar o quilombo como algo que estava fora, isolado, para além da civilização e da cultura, confinado numa suposta autossuficiência e negando a disciplina do trabalho. (ALMEIDA, 2002, p. 49)

Dessa forma, mesmo com os dispositivos legais que garantem expressamente o direito dos povos e comunidades tradicionais, por conta da interpretação dos operadores do direito e por conta de um conceito antigo de quilombo que há muito tempo não corresponde à realidade das comunidades quilombolas, criam-se dificuldades e empecilhos para garantir a posse permanente de terras quilombolas, entre outros direitos. Existe, portanto, uma necessidade de rompimento com a definição arqueológica de quilombo para facilitar a efetivação dos direitos dessas comunidades.

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), até o momento foram conferidos apenas 116 títulos de terras em benefício de comunidades remanescentes de quilombos, de um total de mais de 3000 comunidades já reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro, e de um total estimado de 6000 comunidades existentes no Brasil. A seguir esse ritmo nas titulações, o Estado brasileiro pode tardar mais de mil anos para titular as mais de seis mil comunidades existentes no Brasil. (CONAQ, Terra de Direitos, 2018, p. 135)

Com a lentidão nas titulações dos territórios quilombolas, os moradores das comunidades tendem a ficar cada vez mais vulneráveis a violências em conflitos fundiários. Conforme a publicação “Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil”, organizada pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e ONG Terra de Direitos e divulgado no segundo semestre de 2018, foram 38 assassinatos de quilombolas entre 2008 e 2017 – sendo 18 deles só em 2017 (p. 47). A maioria das vítimas são homens, mortos com armas de fogo. As mulheres, apesar de serem um menor número de vítimas, costumam ser mortas de forma mais cruel, com golpes de faca, estupros e

torturas além do assassinato em si. Dentre os contextos dos assassinatos, a especulação imobiliária e o latifúndio estão entre os principais motivos das mortes (p. 80-81).

A mídia, como sistema simbólico, é ao mesmo tempo uma estrutura estruturante e estruturada. Por isso, ela é capaz de moldar o imaginário social e também ser moldada pela sociedade na qual os discursos midiáticos são produzidos (BOURDIEU, 2007). Acreditamos que observar notícias sobre quilombos é uma boa maneira de entender como esta discussão tem sido colocada em pauta e para pensar em alternativas que permitam a atualização do conceito de quilombo na mídia e no imaginário social e o rompimento com estereótipos, que se materializam em decisões judiciais desfavoráveis aos direitos de povos e comunidades tradicionais e em episódios cotidianos de racismo.

2. Procedimentos metodológicos

Para este trabalho, foram acessados sites de notícias do Pará e da Amazônia, bem como mídias especializadas na questão de negros, quilombolas, povos e comunidades tradicionais. Dentre os veículos especializados, foi feita uma busca nos sites Geledés – Instituto da Mulher Negra, Comissão Pró-Índio de São Paulo e na página da Coordenação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará - Malungu na rede social Facebook. Nos dois primeiros, buscamos o termo “quilombo” nas ferramentas disponíveis dentro dos próprios sites – excluindo-se as notícias sobre quilombos fora do recorte do Estado do Pará. No caso da página da Malungu, como o site se encontrava desatualizado, listamos todas as postagens feitas no Facebook da instituição de 01 de janeiro a 13 de outubro de 2018.

Os sites de notícias pesquisados foram ORM News, Diário Online e Amazônia Real. De forma semelhante aos sites especializados, buscou-se o termo “quilombo”. Nos dois primeiros, por se tratarem de sites feitos em Belém, foram separados todos os resultados encontrados este ano. No Amazônia Real, separou-se apenas as notícias que citavam o Pará.

Também foi consultada para esta pesquisa a versão digital do jornal impresso O Liberal, digitando as palavras “quilombo” e “quilombola” na ferramenta de busca. A plataforma não trouxe resultados anteriores ao dia 13 de abril de 2018.

De forma geral, foram mapeados 111 textos sobre quilombos e quilombolas no Pará nos 7 veículos pesquisados. Esses textos foram divididos em 13 categorias, conforme o conteúdo: Eventos; Nota de repúdio; Educação; Titulação; Mulheres Negras; Direitos/Legislação; Política/Presidenciais; Arte e Cultura; Conflitos/Assassinatos; Economia; Ciência; Serviço; Outros.

A partir da reflexão sobre os temas mais recorrentes dentro do recorte, foram construídos roteiros para entrevistas com três pessoas ligadas ao movimento negro e quilombola no Pará: a professora Zélia Amador de Deus, o líder quilombola José Carlos Galiza e a então coordenadora do Núcleo de Apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Negras e Remanescentes de Quilombos (NUPINQ), Adelina Braglia. O objetivo das entrevistas é aprofundar o conhecimento sobre o tema e avaliar de que forma a cobertura da imprensa pode ser melhorada no sentido de ampliar a voz do movimento negro e quilombola, conscientizando sobre direitos humanos e racismo.

2.1 Perfil dos entrevistados

Zélia Amador de Deus é professora da Universidade Federal do Pará desde 1978. Possui Licenciatura Plena em Língua Portuguesa pela mesma instituição, além de mestrado em Estudos Literários (UFMG) e doutorado em Ciências Sociais (UFPA). Sua trajetória acadêmica tem ênfase nos temas: cultura, arte, teatro, literatura negra, políticas de ação afirmativa, educação e afro-diáspora. A prof.^a Zélia Amador também é ativista do movimento negro e co-fundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) – instituição que em 2020 completará 40 anos de existência, participando ativamente de conquistas de direitos para negros do Pará e do Brasil, tais como a política de cotas nas universidades, criminalização do racismo, titulação de terras quilombolas e processos seletivos especiais em universidades públicas do estado (informação verbal)⁴. A entrevista com ela foi gravada presencialmente no dia 15 de janeiro de 2019.

José Carlos Galiza é morador da Comunidade Quilombola Guajará-Miri, localizada no município de Acará, próximo a Belém. Segundo estudo publicado pelo Movimento Regional por La Tierra (PERUTTI, 2013), a comunidade possui cinco povoados, 140 famílias e é vizinha de outros quilombos. Nos séculos XVIII e XIX, a região possuía fazendas de produção de cana-de-açúcar e, por isso, também concentrava grande quantidade de negros escravizados. Quando a escravidão se tornou crime, os donos das fazendas deixaram o local, mas os descendentes dos negros escravizados permaneceram na terra.

No final do século XIX, na região, existia uma fazenda chamada Itanquã, propriedade do capitão Antonio Maciel de Farias, onde funcionava uma olaria. Os herdeiros deste homem, após sua morte, arrendaram partes da fazenda para os seus antigos escravos que, na falta de alternativas de subsistência em outras localidades, ali permaneceram. (PERUTTI, 2013, p. 4)

⁴ Informação obtida em entrevista gravada com a professora Zélia Amador de Deus, Belém, 15 jan. 2019.

Atualmente, José Carlos Galiza é um dos representantes da Região Norte na Coordenação Executiva da CONAQ. De 2004 a 2016, foi coordenador administrativo da Malungu, onde até hoje contribui voluntariamente por meio da militância. A entrevista com ele, que a princípio seria presencial, foi gravada por telefone a pedido do próprio entrevistado, no dia 4 de janeiro de 2019.

Adelina Brágliã participou ativamente de ações do Governo do Estado voltadas para comunidades quilombolas. Em 2000, no governo de Almir Gabriel, foi criado o Programa Raízes, com o objetivo de “dar representatividade às comunidades quilombolas e povos indígenas nas ações de governo, reservando parte do orçamento público exclusivamente para ser aplicado nessas áreas (terras indígenas e territórios quilombolas)” (BRÁGLIA, 2019). Adelina Brágliã coordenou o programa até 2006, quando, segundo ela, houve a “morte simbólica” do programa, que não teria recebido a devida atenção e recursos na gestão de Ana Júlia Carepa (2006-2010). Em 2011, com o retorno de Simão Jatene como governador do Pará, ela coordenou o hoje extinto Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) e, em 2014, participou da criação da Comissão Estadual de Apoio às Comunidades Remanescentes de quilombos, com representação bipartite da Malungu e representantes de órgãos estaduais.

Em 2015, Adelina Brágliã assumiu o recém-criado Núcleo de Apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Negras e Remanescentes de Quilombos (Nupinq), ligado à Casa Civil do Governo do Pará. Segundo ela, o órgão “restabeleceu essa prática da consulta e priorização de ações, porém com a dificuldade de não ter recursos próprios para executá-las” (BRÁGLIA, 2019). A sra. Adelina respondeu às perguntas desta pesquisa por e-mail no dia 18 de janeiro de 2019, devido a motivos de saúde que impediam sua locomoção para uma entrevista presencial. Com o início da gestão de Helder Barbalho como governador do Pará, Adelina Brágliã foi exonerada de suas funções e o futuro do Nupinq é desconhecido até o fechamento deste trabalho.

3. Os assuntos mais recorrentes nas notícias:

Nos termos explicados acima, conforme já mencionado, foram encontrados 111 textos sobre quilombos e quilombolas no Pará entre janeiro e outubro de 2018. O gráfico a seguir indica a distribuição dos textos por veículo pesquisado:

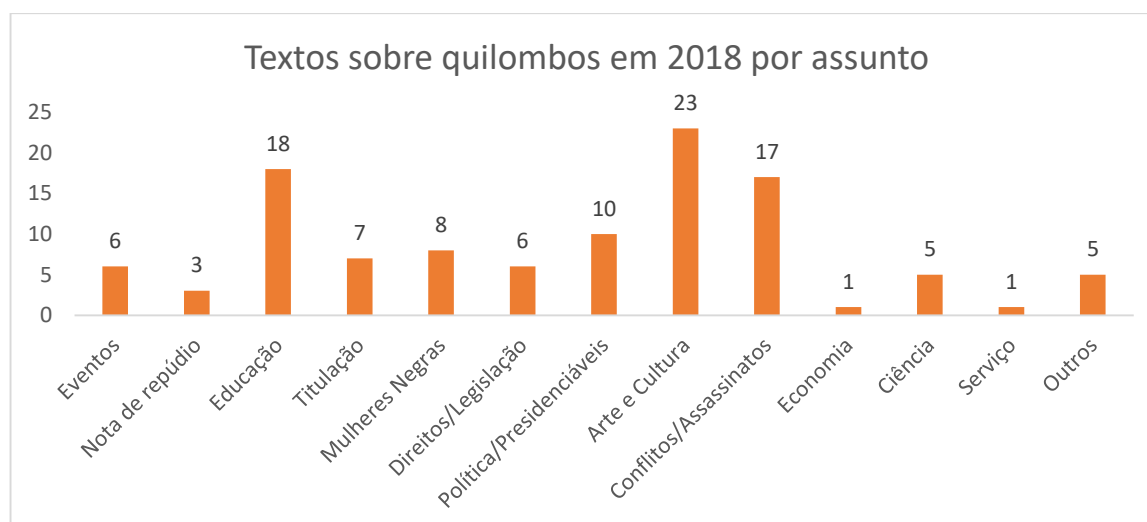
Figura 1: Textos sobre quilombos em 2018 – divisão por veículo.



Fonte: MARINHO, 2019.

Os textos foram divididos em 13 categorias, conforme o conteúdo. O gráfico a seguir mostra os temas mais ou menos recorrentes:

Figura 2: Textos sobre quilombos em 2018 – divisão por assunto.



Fonte: MARINHO, 2019.

As categorias que mais apareceram foram Arte e Cultura (23), Educação (18) e Conflitos/Assassinatos (17). A categoria de Educação reúne textos sobre o andamento de processos seletivos especiais para indígenas e quilombolas nas universidades federais do Pará, além de notícias sobre o corte das bolsas permanência concedidas pelo Ministério da Educação para estudantes indígenas e quilombolas. Os veículos que abordaram estas temáticas, relacionando-as ao Pará, foram a página da Malungu no Facebook, os sites ORM News e Diário Online e o Jornal O Liberal. O site Geledés também publicou uma matéria nesta categoria, que se refere a um curso de Educomunicação e Fotojornalismo para quilombolas de Oriximiná,

oeste do Pará. Este curso teve patrocínio da empresa Mineração Rio do Norte (MRN), que extrai a bauxita (matéria-prima do alumínio) na região.

A categoria Arte e Cultura reúne matérias sobre novelas, documentários, livros e exposições que falam sobre questões quilombolas. Neste tópico, destaca-se o jornal O Liberal, que publicou entre 13 de abril e 13 de outubro 21 textos do tipo, sendo 11 deles citando a personagem “Grande Mãe do Quilombo” na novela O Outro Lado do Paraíso, da TV Globo. Este pode ser considerado um caso de autorreferência, uma vez que a TV Liberal, que é afiliada da Globo em Belém, pertence ao mesmo grupo do jornal O Liberal – a saber, a família Maiorana. Portanto, há interesse do jornal em aumentar os índices de audiência da emissora de televisão pertencente ao mesmo grupo empresarial.

Já as notícias sobre assassinatos e conflitos envolvem estatísticas que comprovam o aumento do número de assassinatos de quilombolas e colocam 2017 como o pior ano da década neste sentido⁵. O gancho para esses textos é a publicação do livro Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil, organizado pela CONAQ e Terra de Direitos. Outras notícias são sobre o assassinato do líder quilombola Nazildo dos Santos Brito⁶, do município de Tomé-Açu, nordeste paraense. Este caso recebeu repercussão na mídia e a Organização das Nações Unidas (ONU) chegou a se posicionar pedindo rigor nas investigações. Outra notícia sobre conflitos envolvendo quilombolas do Pará em 2018 foi o caso Hydro Alunorte. Comunidades do entorno da empresa, localizada em Barcarena, denunciaram vazamento de efluentes não tratados e rejeitos de bauxita da refinaria para o meio externo – o que estaria contaminando os corpos d’água que abastecem diversas comunidades, entre elas o quilombo Burajuba. A líder deste

⁵ O ano 2017 foi marcado por casos emblemáticos de mortes por conflitos agrários no país de uma forma geral. Em abril daquele ano, nove trabalhadores rurais foram assassinados por um conflito por terras em um assentamento no município de Colniza (MT). Na ocasião, um grupo encapuzado atirou contra famílias que moravam em um assentamento rural na região. Em maio de 2017, dez trabalhadores rurais foram assassinados na Fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D’Arco, sudeste do Pará. Há evidências de que não houve confronto entre policiais e trabalhadores rurais, e sim execução planejada. Atualmente, dezesseis policiais respondem processo pelas mortes. Apesar de não envolver comunidades quilombolas, os casos reforçam a situação de insegurança no campo, sobretudo em áreas da Amazônia. Cf. <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/sobe-para-9-o-numero-de-mortos-em-assentamento-de-mt-em-conflito-por-terras.ghtml> e <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/chacina-de-pau-darco-completa-um-ano-e-muitos-detalhes-ainda-estao-sendo-esclarecidos.ghtml>

⁶ Em janeiro de 2019, após o período de coleta das matérias pesquisadas neste trabalho, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) apresentou denúncia contra os três acusados do assassinato de Nazildo Brito. Segundo o site da instituição, o inquérito da Polícia Civil concluiu que o crime foi motivado por “conflito agrário” ou “disputa de terra” e que os autores do homicídio são Marcos Vieira e Raimundo dos Santos, a mando do fazendeiro José Telmo Zani. A vítima era coordenador da Comunidade Quilombola Turé III. Na noite entre 14 e 15 de abril de 2018, Nazildo “trafegava de moto, em local ermo, quando foi surpreendido e alvejado nas costas com cerca de 20 disparos de armas de fogo, em circunstâncias típicas de execução, pois nada foi roubado da vítima”. Cf. <https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-oferece-denuncia-contra-mandante-e-executores-de-lider-quilombola.htm>

quilombo, Maria do Socorro, prestou depoimento em uma das oitivas da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Pará que foi instaurada para apurar as denúncias deste caso. A história de Socorro do Burajuba e sua luta contra as grandes empresas de Barcarena também foi destaque no jornal britânico *The Guardian*, que publicou uma série de reportagens especiais com lideranças que defendem os direitos humanos em várias partes do mundo. A entrevista repercutiu na mídia local.

3.1. Observações sobre as notícias no recorte:

Não encontramos outros levantamentos de quantas matérias foram publicadas sobre quilombos do Pará nos últimos 10 anos. Os números mais recentes encontrados na pesquisa bibliográfica para este artigo contam textos jornalísticos de 1995 a 2002 e são citados dentro da tese de doutorado de Nemésio Amaral Filho (2006). Segundo este autor, em 1995, ano em que a primeira terra de “remanescente de quilombos” foi titulada no Pará, o Cedenpa contabilizou 10 matérias no jornal *O Liberal*. De 1997 a 2001, a Base de Dados de Informações Jornalísticas em Ciência e Tecnologia (BDIJAM) do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) contou 18 textos sobre o assunto quilombo nos dois maiores jornais diários do Estado, *Diário do Pará* e *O Liberal*, juntos. Em outra contagem, em 2001, o Cedenpa encontrou mais três matérias e uma carta sobre o assunto quilombo em *O Liberal*. Em 2002, ainda segundo o Cedenpa, o mesmo jornal publicou uma matéria e uma nota sobre o tema.

Nesta pesquisa, não foi possível fazer uma busca por palavras-chave na edição eletrônica do jornal *Diário do Pará*. Contudo, apenas em *O Liberal* foram encontrados 47 textos, entre notas e matérias sobre quilombos. Apesar do recorte metodológico deste trabalho incluir apenas sete veículos de comunicação em um período de cerca de 10 meses, a quantidade de matérias encontradas evidencia um possível aumento na publicação de textos de notícia sobre quilombos na mídia paraense, quando comparada aos números expostos na tese de Amaral Filho.

Com relação aos assuntos pautados, em nosso breve recorte, apenas a Malungu e o Jornal *O Liberal* tratam sobre mulheres negras e quilombolas. As notícias sobre titulação de terras quilombolas em 2018 também ficaram restritas a organizações especializadas (Malungu e Comissão Pró-Índio de São Paulo).

Por sua vez, as notícias sobre conflitos e assassinatos de quilombolas no Pará não apareceram nesses veículos especializados – o assunto foi mais recorrente nos jornais e sites de notícia.

Há uma grande lacuna ao falar sobre a produtividade e economia das comunidades quilombolas do Pará. Há apenas uma matéria no ORM News sobre venda de produtos agrícolas de comunidades quilombolas na semana anterior ao Círio de Nazaré.

A novela *O Outro Lado do Paraíso*, da TV Globo, parece ter estimulado a frequência da palavra “quilombo” no caderno de cultura, arte e entretenimento do jornal *O Liberal* (Magazine). Contudo, as matérias não se aprofundam em questões quilombolas, apenas citam a personagem “Grande Mãe do Quilombo”⁷ (interpretada por Zezé Motta), que é sempre chamada desta forma e não possui um nome como os demais personagens. Muitas dessas menções ocorrem nas colunas de resumo das novelas em exibição. Contudo, há várias menções a documentários, livros, exposição e artistas negros e quilombolas – o que pode indicar o potencial da produção artística e cultural para dar visibilidade para quilombolas na mídia.

A parte de educação é motivada em grande parte pelas assessorias de comunicação das universidades federais, que anunciam seus processos seletivos especiais e acabam sendo pautadas como “serviço” – sem que se mostrem histórias de pessoas beneficiadas por esta política pública, apenas falando de prazos e como se inscrever. Isto, contudo, indica a confiança das redações no conteúdo enviado pelas universidades federais, que podem ser um caminho para notícias mais bem apuradas sobre as questões quilombolas.

Um diferencial na categoria “Educação” é a reportagem “MEC corta bolsas de índios e quilombolas”, publicada em *O Liberal* no dia 2 de setembro. Assinada pela repórter Cleide Magalhães, a matéria se aprofunda na questão e conta histórias de dois estudantes indígenas da Universidade Federal do Pará – além de abordar a história da conquista do direito, as dificuldades dos estudantes que perderam as bolsas, outros direitos que facilitam o acesso de indígenas e quilombolas às universidades e, por fim, apresenta o posicionamento da UFPA e do Ministério da Educação sobre as críticas.

⁷ Segundo o site GShow, que reúne o conteúdo de entretenimento da TV Globo, a personagem é descrita da seguinte forma: “**Mãe. Zezé Motta.** Conselheira, é a maior autoridade no quilombo, no Jalapão. Mulher guerreira, quer o melhor para o seu povo e instrui Raquel (Erika Januza) a seguir com os estudos, em Palmas, para que ela consiga ajudar sua comunidade”.

Em entrevista ao site TV Foco, Zezé Motta conta que a revelação do nome “de batismo” da personagem (Otacília Formiga) ficou para o último capítulo da trama. A atriz também respondeu às críticas de que a novela teria mostrado pouco da realidade dos quilombos brasileiros. “As pessoas ficam dizendo: ‘Mas falou pouco sobre o quilombo’. Eu acho que o Walcyr [Carrasco, autor na novela] deu o primeiro passo. É fundamental que os brasileiros tenham mais informações sobre como vivem os quilombolas, quais suas realidades, necessidades, elas não têm noção de que temos três mil quilombos pelo Brasil afora, que infelizmente vivem marginalizados. Tem muita coisa ainda para se falar sobre o quilombo, estou disposta a fazer essa campanha, para mim não acabou”, disse Motta.

Cf. <https://gshow.globo.com/novelas/o-outro-lado-do-paraíso/personagem/mae-zeze-motta/> e <https://www.otvfoco.com.br/apenas-chamada-de-mae-do-quilombo-zeze-motta-comenta-como-foi-descobrir-o-nome-de-sua-personagem-na-reta-final-da-novela/>

A divulgação científica - um tema que nos é muito caro, já que é o que define esta edição do FIPAM – é escasso na mídia quando se trata de quilombos e quilombolas. Há no portal ORM News um texto sobre pesquisa com quilombolas divulgado no evento GeoForGood 2018, realizado pela Google nos Estados Unidos. Há, ainda, repercussão do Censo 2020, que deverá incluir metodologias para coletar informações específicas sobre quilombolas brasileiros. No O Liberal, eventos científicos sobre direitos de povos e comunidades tradicionais são o que pautam o jornal a tratar de quilombolas do ponto de vista acadêmico.

As falas dos presidentiáveis em campanha também repercutiram nos veículos pesquisados, em especial dos candidatos Guilherme Boulos (PSOL) e Jair Bolsonaro (PSL). Em visita à Região Metropolitana de Belém durante sua pré-campanha, Boulos foi à comunidade quilombola do Abacatal, em Ananindeua. Em entrevista coletiva após a visita, o candidato do PSOL reafirmou seu compromisso com os povos e comunidades tradicionais e mencionou o conflito entre os quilombolas do Abacatal e os administradores do aterro sanitário de Marituba, que chegaram a ser presos por despejo irregular de chorume no meio ambiente por parte da empresa. Já o atual presidente Jair Bolsonaro apareceu na mídia por declarações racistas em relação aos moradores de um quilombo em Eldorado Paulista. O presidentiável afirmou que "o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador eles servem mais. Mais de um bilhão de reais por ano gastado com eles". Contudo, o Supremo Tribunal Federal (STF) não acolheu as denúncias de racismo contra Bolsonaro. Outra polêmica envolvendo este candidato são suas propostas de liberar garimpos e a venda de terras quilombolas.

Há pouca produção própria de conteúdo jornalístico sobre quilombos por parte de veículos e organizações especializadas no tema. A maior parte dos textos encontrados no site da Comissão Pró-Índio são extraídos de outros sites. Uma parte expressiva do conteúdo da Malungo também é replicada de outras instituições, apesar de a organização divulgar notas de repúdio e posicionamentos próprios – como no caso de Paulo “Quilombola”, que apoiou Jair Bolsonaro, apresentando-se como liderança neste segmento, mas foi repudiado por associações quilombolas legítimas.

3.2 A mídia e os quilombos: percepções dos entrevistados sobre os veículos de comunicação

A partir das observações das notícias sobre quilombos no Pará em 2018, foram feitas entrevistas com pessoas ligadas ao movimento negro e quilombola no estado, com o objetivo de ampliar os pontos de vista sobre a relação da mídia com este assunto, bem como de refletir

sobre os assuntos mais e menos abordados e recomendar melhorias para a cobertura jornalística a respeito do tema. Conforme já mencionado, nossos entrevistados são Adelina Bráglia, José Carlos Galiza e Zélia Amador de Deus. Estes foram selecionados pelo reconhecido conhecimento e experiências diferenciadas que possuem sobre o assunto quilombo no Pará: Adelina Bráglia, como representante do Governo do Estado em 2018; José Galiza como reconhecida liderança quilombola; Zélia Amador como professora universitária, ativista do movimento negro e co-fundadora do Cedenpa.

Nas entrevistas, utilizou-se um questionário aberto, semiestruturado, com foco em respostas qualitativas. Além de abordar os assuntos mais tratados na mídia em 2018 - como educação, arte, cultura e a violência – esta fase da pesquisa também incluiu perguntas e respostas sobre a relação dos entrevistados com a mídia e jornalistas; estratégias de comunicação adotadas pelo movimento negro e quilombola organizado; discriminação racial envolvendo a mídia e particularidades da identidade quilombola. Também foram tratados alguns dos temas menos abordados pela mídia, mas que são importantes na visão dos entrevistados.

As informações coletadas estão organizadas nos tópicos Comunicação, Identidade Quilombola, Educação, Violência e Conflitos, Arte e Cultura, Titulações e Economia. A separação por temas é feita a fim de facilitar a organização das informações neste trabalho. Contudo, entendemos que quando se trata de povos e comunidades tradicionais, a exemplo dos quilombos, nenhum tema é desatrelado das questões culturais, identitárias e territoriais. Deborah Duprat, ao comentar a necessidade da afirmação de direitos específicos, traz os preâmbulos da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural para ressaltar este aspecto:

Nos preâmbulos da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, consta que *a cultura deve ser considerada como um conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças; a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma cultura fundada no saber.* (DUPRAT, 2007, p. 11-12, grifo da autora).

As informações obtidas por meio de entrevistas seguem em tópicos a seguir:

A) Comunicação

A relação de cada entrevistado com os veículos de comunicação é distinta. Com relação ao consumo, José Carlos Galiza afirma que não costuma se informar sobre as questões do movimento negro e quilombola por meio da grande imprensa, mas sim pelos contatos que

possui na rede social Facebook e no aplicativo de mensagens WhatsApp. Ele explica que tanto a Malungu quanto a CONAQ usam essas ferramentas para se articular com as lideranças quilombolas do Brasil. Os espaços funcionam em via de mão dupla, onde as lideranças podem receber comunicados e também informar sobre o que acontece nas regiões onde vivem. “Às vezes eu tô no quilombo, eu tô em uma reunião, tô em vários lugares e leio muitas notícias que chegam no grupo da CONAQ ou no grupo da Malungu. Quando eu tenho alguma notícia também, eu acabo divulgando através desses grupos” (GALIZA, 2019, informação verbal)⁸.

A professora Zélia Amador de Deus acessa os meios de comunicação casualmente, na maioria das vezes prefere jornais impressos (nenhum específico) e o Facebook. Ela afirma não encontrar notícias sobre quilombos com frequência. Segundo ela, “tem pouca notícia, uma vez outra. Por exemplo, quando Bolsonaro fez aquela declaração racista sobre o quilombo que ele visitou aí, a mídia falou muito. Mas é eventual, não é uma coisa constante” (AMADOR DE DEUS, 2019, informação verbal).

A literatura sobre os estereótipos e preconceitos elaborados sobre o negro no Brasil projetam-se sobre o quilombola e remetem à sociedade escravocrata. Estes persistem de forma aberta com a imagem do negro "criminoso", "malandro", "vagabundo". O sociólogo Florestan Fernandes (1964, 2008) insere-se no debate dos anos cinquenta e sessenta sobre o mito da democracia racial e interpreta como são perpetuadas as relações raciais produzidas pelo regime escravista. A integração do negro operou sem um tratamento igualitário, de forma ambivalente e sustentada na violência. As práticas discriminatórias assentam-se sobre representações estereotipadas.

Adelina Bráglia costuma acessar sites especializados sobre o assunto e, na sua percepção, os assuntos relacionados aos quilombolas que mais aparecem na mídia são os conflitos pela terra. Ela também alerta para a possibilidade dessas notícias ficarem mais frequentes a partir da nova composição do Governo Federal. “O assunto mais divulgado é a velha luta pela garantia do direito à terra. A existência de conflitos já existentes ou em gestação. O que deverá ocorrer com muita frequência a partir de agora, quando o Governo Federal desrespeita totalmente os direitos históricos de índios e quilombos” (BRÁGLIA, 2019).

Os três entrevistados relataram a existência de pontos problemáticos na forma como os veículos de comunicação, em geral, tratam (ou deixam de tratar) as questões relacionadas ao movimento negro e quilombola. Para além da percepção de que há poucas notícias sobre o

⁸ Entrevista gravada com José Carlos Galiza, coordenador executivo da CONAQ na Região Norte, em 04 de janeiro de 2019.

assunto, aponta-se, ainda, o racismo e a falta de preocupação com a história dos povos africanos escravizados no período colonial e seus descendentes que hoje vivem no Brasil.

José Carlos Galiza afirma que este é um dos motivos pelos quais utiliza mais as redes sociais do que a grande mídia para a comunicação.

“Não só a questão quilombola, mas o movimento negro de forma geral é discriminado, principalmente na grande mídia. [...] Então o que o movimento tem tentado utilizar é as redes sociais, porque na grande mídia você não consegue espaço ou consegue muito pouco. E, quando consegue, ainda está bem longe da realidade” (GALIZA, 2019, informação verbal).

Ainda em crítica a jornalistas e a meios de comunicação, José Carlos Galiza citou como exemplo o Jornal Nacional – principal jornal da TV Globo. Ele lembrou – de forma vaga – a veiculação de uma matéria sobre um quilombo da Bahia, onde o jornal estaria mostrando pessoas que não eram quilombolas como se fossem pertencentes à comunidade.

Eu não vou lembrar nomes, mas lembro de uma época em que o Jornal Nacional todinho foi falar sobre quilombo, um quilombo da Bahia. O que eles divulgavam era um falso quilombo, pegavam o tempo todo no jornal para divulgar um falso quilombo. Na realidade o quilombo existe e eles pegaram e fizeram ao contrário. Eles pegaram pessoas que não eram quilombolas para dar entrevista como se fossem (GALIZA, 2018, informação verbal).

Apesar de não se lembrar de muitos detalhes, o entrevistado provavelmente está se referindo a matéria exibida pela TV Globo em maio de 2007, que denunciava suposta fraude no processo de reconhecimento da comunidade São Francisco do Paraguaçu como remanescente de quilombo. A reportagem⁹, assinada por José Raimundo (repórter) e German Maldonado (cinegrafista), questiona a ascendência de negros escravizados dos moradores da comunidade, bem como a presença de tradições culturais de matriz africana na área, localizada no Recôncavo Baiano. A reportagem atribui a posse da região a antigas famílias de fazendeiros como Ivo Santana, que concede entrevista aos jornalistas dizendo que os negros que habitaram as terras no passado já não eram escravos quando ali chegaram e, por isso, não eram quilombolas. Em passagem de vídeo, o repórter José Raimundo diz, ainda, que os “descendentes de quilombolas estão interessados mesmo é na madeira da Mata Atlântica”, uma vez que a área de 5.000 hectares abriga “os últimos fragmentos de Mata Atlântica do Recôncavo Baiano”. Após as denúncias, o processo de entrega dos títulos para a comunidade foi suspenso, a fim de que a situação fosse investigada. No ano seguinte, a Fundação Cultural Palmares ratificou a legitimidade da ancestralidade quilombola de São Francisco do Paraguaçu e, em

⁹ A matéria está disponível na internet. Conforme comentários recentes no vídeo, em 2018 a reportagem foi usada para reforçar as falas do atual presidente Jair Bolsonaro em crítica aos movimentos quilombolas do país. Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=vEcBpMQeAU>

2009, o juiz federal titular da 7ª Vara (BA), Wilson Alves de Souza, revogou a ação cautelar que suspendia o processo administrativo de regularização fundiária da comunidade. Contudo, segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo, em 2016 a comunidade ainda constava como “não titulada”, com processo em aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)¹⁰.

Quando perguntado sobre a repercussão das falas de Paulo Quilombola em apoio a Jair Bolsonaro na campanha presidencial do ano passado, José Galiza disse que a mídia, ao selecionar pautas, parece dar preferência ao fato que gera repercussão e, ao fazer isso, a apuração aprofundada e a consulta às lideranças legítimas das comunidades fica em segundo plano. “Não querem saber se realmente o Paulo Quilombola é um representante dessas comunidades quilombolas, querem saber o que ele traz na fala dele, porque ela vai contrapor tudo aquilo que o movimento vem falando e isso vai dar a repercussão. O fato pode ser uma mentira, mas a repercussão pra mídia é o que vale”, comentou, indicando como fontes confiáveis para entrevistas à imprensa as instituições Cedenpa e Malungu: “duas organizações que têm legitimidade para falar” sobre as questões quilombolas do Pará¹¹.

Zélia Amador, co-fundadora do Cedenpa, disse que a postura dos jornalistas sobre o tema “já foi pior”, mas os profissionais ainda possuem vícios considerados por ela como “terríveis” e “irritantes”. Ela também dá exemplos:

Chegava jornalista comigo e dizia assim “olha, eu quero ir no quilombo, mas eu quero aquele beem...” esse ‘bem’ já vinha bem característico. Que história é essa, né? Mas acho que é o que tá no imaginário.

Grande parte dos jornalistas tem um vício horroroso. [...] Grande parte dos jornalistas, quando vai escrever, diz: “Os quilombolas descendem dos escravos”. Mas na verdade os quilombolas descendem de africanos escravizados, porque não existe um povo escravo. Mas pros jornalistas existe e é uma coisa altamente irritante, aí eu desligo a televisão. Não vou ver um jornalista que conhece um povo no Brasil chamado escravo (AMADOR DE DEUS, 2019, informação verbal).

Adelina Bráglia nota que as notícias sobre o assunto quilombo ainda não mostram suficientemente o protagonismo daqueles que lutam pela efetivação de seus direitos. Um exemplo positivo citado por ela é a matéria “O que representa a mais recente demarcação de

¹⁰ Cf. http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2009/05/sfparaguacu_justica e <http://cpisp.org.br/sao-francisco-do-paraguacu/>

¹¹ A respeito da situação envolvendo Paulo Quilombola, no corpus dessa pesquisa há três textos sobre o tema: um divulga um vídeo do presidente da Fundação Cultural Palmares apoiando as entidades e se posicionando contra Paulo Quilombola em 25 de abril de 2018. O segundo, também no Facebook da Malungu, é a nota de repúdio assinada por várias entidades quilombolas, que foi encontrada na página da Malungu no Facebook em 3 de julho do mesmo ano. O terceiro texto é a matéria “Bolsonaro propõe mineração e até a venda de terras quilombolas”, publicado em 7 de julho de 2018 pelo jornal O Liberal. Neste texto, há um trecho da nota das entidades do movimento negro e quilombola do Pará em repúdio a Paulo Quilombola.

terá quilombola no Pará?”, escrita por Murilo Roncolato em 08 de março de 2018 para o site jornalístico Nexo¹². A matéria conta a história da comunidade Cachoeira Porteira, em Oriximiná, oeste do Pará.

“A forma discriminatória está sempre subliminarmente expressa, raramente a questão quilombola é colocada como reparação de direitos e aparenta sempre ser ‘benefício’ do poder público. Por essa razão, a cobertura dada pela imprensa à titulação do quilombo de Cachoeira Porteira foi a mais importante desse período, porque traduziu a firmeza e a luta dos quilombolas” (BRÁGLIA, 2019).

Tanto Zélia Amador de Deus quanto José Carlos Galiza citam que dificuldades financeiras dificultam as alternativas para que o movimento negro no Pará consiga organizar estratégias de comunicação e acessar a grande imprensa. José Galiza relatou que a CONAQ consegue pagar um profissional para este fim, mas a Malungu – que coordena as associações quilombolas do Pará – não tem mais verba para pagar um assessor de imprensa e depende de voluntários para a tarefa. Este seria o motivo do site da instituição não ter sido atualizado durante todo o ano de 2018. “É realmente a falta de uma pessoa que trabalhe para ficar acompanhando e atualizando. A nossa equipe está muito voltada para as lutas, para reuniões, visitação, articulação e a gente acabou perdendo o site por não dar conta de acompanhar”, explicou.

J o Cedenpa passou por crises financeiras entre 2015 e a metade de 2018, devido ao encerramento de projetos que contribuíam para o sustento do Centro. Segundo a professora Zélia Amador, o cenário foi de “miséria total” e são no segundo semestre de 2018, com o apoio da Funda o Ford, a organiza o “respirou e está saindo da miséria”. Por conta das baixas no orçamento, a atualiza o do site do Cedenpa também foi temporariamente suspensa.

Como alternativa   falta de espaço na grande m dia e aos altos custos com atualiza o de sites e assessoria de imprensa, as entidades do movimento negro e quilombola do Pará têm apostado nas redes sociais para se articular e comunicar suas a oes. Como exemplo, José Carlos Galiza citou a parceria entre a CONAQ e a ONG Uma Gota no Oceano para produ o de vídeos na internet em prol dos direitos de povos e comunidades tradicionais. “Com isso a gente

¹² Para além do factual – a titula o da comunidade Cachoeira Porteira - a matéria possui dados sobre a situa o geral de demarca o de territórios quilombolas no Brasil. No texto, quem conta a história dos quilombolas de Oriximiná   a antropóloga Lucia Andrade, da Comissão Pr - ndio de São Paulo. A matéria conta também com José Carlos Galiza, representante paraense da CONAQ que também foi entrevistado neste artigo. Não há entrevistas com membros da comunidade titulada. Cf. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/08/O-que-representa-a-mais-recente-demarca%C3%A7%C3%A3o-de-terra-quilombola-no-Par%C3%A1>

conseguiu fazer uma grande mobilização nas mídias sociais com relação ao Decreto 4887¹³, enfim”, explicou o coordenador executivo da CONAQ.

A professora Zélia Amador de Deus citou a importância das redes sociais – notadamente Facebook e WhatsApp – para a divulgação do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, que aconteceu em Goiânia (GO), em dezembro de 2018. “Foi encontro grande, com a presença inclusive da Angela Davis, a grande estrela internacional do encontro. Mas você não viu praticamente a grande imprensa falando disso. Foi a divulgação todinha foi feita por WhatsApp e pelo Facebook”, disse a professora e ativista.

B) Identidade quilombola

Parte importante da discussão sobre o que se fala a respeito do quilombola é o significado desta identidade no século XXI, conforme já mencionamos na introdução deste trabalho. Neste aspecto, os entrevistados Zélia Amador de Deus e José Carlos Galiza fizeram comentários que ajudam a entender o que é o quilombo e o que significa ser quilombola atualmente.

A princípio, faz-se necessário entender a identidade quilombola não como algo estático no tempo, mas sujeito a mudanças conforme a época e o contexto social em que estão inseridos. Zélia Amador, ao relatar o início da história do Cedenpa e a relação entre o centro e os quilombolas do Pará, disse que, no início dos anos 1980, não se falava em comunidades quilombolas no Norte do Brasil. Este nome só passou a ser adotado a partir de 1988, com a Constituição Federal e, antes disso, nos estados do Pará, Amapá e Maranhão existiam “comunidades negras rurais e algumas eram mocambos. Então você, por exemplo, tinha tradicionalmente o Mocambo do Pacoval, lá em Alenquer” (AMADOR DE DEUS, 2019, informação oral).

De acordo com o relato da professora, as primeiras comunidades negras a procurarem o Cedenpa eram os mocambeiros que viviam às margens do rio Trombetas, no oeste do Pará. Eles “estavam com problema por causa da implantação da Mineração Rio do Norte, que tirou os quilombolas da margem direita do Trombetas. Eles se retiraram para a margem esquerda. Aí o

¹³ O Decreto 4887/2003, que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, foi alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade pelo então Partido da Frente Liberal (atual Democratas). Após cerca de 15 anos, o Supremo Tribunal Federal julgou o decreto como constitucional, atendendo a diversas reivindicações de movimentos sociais, acadêmicos e associações de comunidades quilombolas.

estado brasileiro cria a reserva biológica na margem e esquerda e eles ficaram sem lugar”, contou a prof.^a Zélia Amador, lamentando o fato de o Cedenpa ainda estar surgindo e não ter tido força suficiente para ajudar naquele momento. Já na metade daquela década, em encontros do movimento negro das regiões Norte e Nordeste, a titulação das terras ocupadas por comunidades negras rurais passou a ganhar importância. O Cedenpa e o Centro de Cultura Negra do Maranhão começaram a elaborar propostas para a garantia dessas terras. Tais ideias foram levadas ao Congresso de Negros pela Constituinte, que aconteceu no Senado Federal, em Brasília, em agosto de 1986.

Naquele encontro foi apresentada essa proposta para titulação das terras aos remanescentes de quilombos. Essa proposta foi levada pelo Cedenpa, foi até eu que defendi naquele evento [...]. A partir de 1988, essa proposta inclusive, esse artigo que ficou na Constituição, o artigo 68 [...], ele ficou nas disposições transitórias como do jeito que está lá ainda hoje (AMADOR DE DEUS, 2019, informação verbal).

A partir de então, o termo “mocambo” – mais restrito à Amazônia Oriental - foi substituído por “quilombo”, por este ser reconhecido pelos negros em todo o território nacional. Por isso, Zélia Amador relata que, a partir desse momento, surgem os quilombos e quilombolas como identidade política criada para lutar pela garantia da terra.

Um quilombo na verdade é um espaço que abriga uma história de luta, que abriga experiência identitária, que abriga experiência de amizade, de afeto. É um território que abriga tudo isso. Então você não tem um, digamos assim, modelo de quilombo. [...] O que você tem são territórios com pessoas que criaram laços de solidariedade historicamente, laços afetivos, enfim, e que ocupam aquele território e dividem a sua vida coletiva de geração para geração (AMADOR DE DEUS, 2019, informação verbal).

Sobre a identidade quilombola, a prof.^a Zélia Amador de Deus reforça a importância do autorreconhecimento e da luta política por direito a terra e melhores condições de vida. “Eu acho que primeiro é a pessoa que tem que te dizer ‘eu sou quilombola’. Ela que tem que se sentir. Na verdade é aquela pessoa que tá naquele território, que reivindica para si essa identidade, a fim de que essa identidade a fortaleça para que ela lute por cidadania”, afirma a professora.

Para José Carlos Galiza, a palavra-chave para se identificar como quilombola é a ancestralidade. “Se você não tem essa ancestralidade, dos seus bisavós, seus avós, as pessoas que passaram por esse processo escravista, você não pode se considerar um quilombola, já que você não tem essa história”, afirma.

Vale ressaltar que a questão da ancestralidade, contudo, não é uma unanimidade entre autores que estudam o tema das identidades quilombolas. Ao falar sobre atualizações do conceito de quilombo e o surgimento de novas etnias, Almeida (2002), explica que o que se entende por etnia (e quilombo) mudou conforme as necessidades de mobilização para a garantia de direitos e obtenção de recursos básicos de produção e consumo. Portanto, deve-se estar atento às especificidades de cada grupo social. Há casos em que:

Pode-se dizer que existe um elenco de práticas que asseguram vínculos solidários mais fortes e duradouros do que a alusão a uma determinada ancestralidade. O pertencimento ao grupo não emana, por exemplo, de laços de consanguinidade, não existe a preocupação com uma origem comum, tampouco o parentesco constitui uma precondição de pertencer. O princípio classificatório que fundamenta a existência do grupo emana da construção de um repertório de ações coletivas e de representações em face de outros grupos. (ALMEIDA, 2002, p. 74)

As mudanças no conceito de quilombo também são reconhecidas no pensamento de José Carlos Galiza. O quilombo, na visão dele, originalmente seria a história de uma comunidade formada por negros que fugiram da escravidão. Porém, ele explica que o conceito foi ampliado ao longo do tempo.

[...] no caso do Pará, mas não só no Pará, tem outras comunidades que, na realidade, no passado foram fazendas onde negros e negras foram escravizados e, quando a escravidão se tornou crime, os escravocratas foram embora. Depois de muito tempo inclusive, depois da libertação e da Lei Áurea, os escravocratas foram embora e os negros permaneceram na terra, mantendo seus traços culturais e ocupando essas terras. Então essas comunidades são consideradas pela ABA¹⁴ e aí o marco legal também já ampara como quilombo, como um lugar de resistência. Então o quilombo é um lugar de resistência da população negra, do movimento negro e inclusive do movimento rural (GALIZA, 2019, informação verbal).

José Carlos Galiza completa afirmando que dificilmente a mídia consegue dizer com exatidão o que é um quilombo e o que é um quilombola.

C) Educação

Conforme evidenciado na Figura 2 (ver p. 7), os textos sobre educação para quilombolas foram relativamente frequentes quando comparados a outros assuntos no recorte desta pesquisa, sendo impulsionados pelo trabalho de comunicação organizacional e assessoria de imprensa de instituições de ensino superior. O fato de bolsas permanência e processo seletivo especial serem a principal pauta quando o assunto é educação não surpreende os entrevistados, que reforçam que estas foram de fato grandes conquistas do movimento quilombola.

¹⁴ Associação Brasileira de Antropologia.

No caso da entrevista de Zélia Amador, temos um depoimento de alguém que lutou ativamente para que a universidade concedesse esse direito ao longo de sua trajetória como acadêmica e militante do movimento negro. Para ela, a produção de artigos científicos é secundária em sua carreira. O mais importante é pensar em resoluções que façam a Universidade Federal do Pará ficar mais ampla e socialmente diversa.

As resoluções todas, de indígenas, de quilombolas, todas as resoluções passaram pelo meu esforço, pelo esforço do meu trabalho. Agora mesmo estou com uma discutindo com o reitor para reserva de vagas para refugiados e imigrantes. Há algum tempo que eu elegi este como sendo o meu trabalho aqui dentro. Para mim pouco importa eu publicar este ou aquele artigo, isso pra mim é secundário. Posso fazer, mas não é essa a minha meta (AMADOR DE DEUS, 2019, informação verbal).

Ela conta que a UFPA é uma das instituições que mais tem se aberto à diversidade, mas isto não ocorreu de forma espontânea. “Eu acho que o movimento negro força muito a UFPA. A UFPA tem sido uma das que tem se aberto mais, mas não é porque ela quer. Ela é forçada a”, relata a prof.^a Zélia Amador, destacando não apenas a sua atuação enquanto docente, mas também as associações de estudantes indígenas e quilombolas, que lutam por representação e participam de discussões nos conselhos deliberativos da instituição.

Sobre o acesso à universidade, Zélia Amador de Deus relata um pouco da história das conquistas que em 2018 foram pautados pela mídia. As cotas para negros, depois de uma década de reivindicações, foram garantidas nas universidades federais por um projeto de lei¹⁵. Para além do que a legislação determina, a UFPA foi pioneira na reserva de cotas para indígenas e quilombolas – iniciativa que depois foi replicada por outras instituições de ensino superior pelo país. Além disso, indígenas e quilombolas têm a possibilidade de ingressar na UFPA por meio do Processo Seletivo Especial. Nesse caso, a seleção não se dá pelo Exame Nacional do Ensino Médio, mas por um processo simplificado que inclui uma redação e uma entrevista. “Então tem duas formas de um quilombola entrar na universidade e o indígena também. Uma é o Enem a outra é essa seleção simplificada, que começou por aqui, mas depois outras universidades adotaram no país” (AMADOR DE DEUS, 2019, informação verbal).

Já as bolsas de permanência para indígenas e quilombolas são um auxílio para que eles, uma vez que tenham ingressado no ensino superior, consigam se manter nas cidades onde estudam – que geralmente ficam afastadas de seus territórios originários. Zélia Amador

¹⁵ Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas. O texto define 50% das vagas em instituições federais de ensino superior para candidatos oriundos de escolas públicas e regulamenta um percentual mínimo de vagas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência dentro desses 50% reservado para cotas.

comentou sobre a repercussão das notícias de que a Bolsa Permanência para estes estudantes seria cortada, na metade de 2018.

Quando essa bolsa permanência esteve ameaçada, foi um horror, né? Eles [universitários indígenas e quilombolas] foram para a rua, eles fizeram manifestação, foram a Brasília em junho. Junho marcou o auge dessas manifestações em Brasília, tanto que o governo teve que retroceder. Ele queria acabar a bolsa permanência porque ela é maior do que as bolsas que existem na universidade de um modo geral para graduação. A bolsa permanência é R\$ 900,00. (AMADOR DE DEUS, 2019, informação verbal).

José Carlos Galiza define as conquistas do movimento quilombola junto às universidades como “muito importantes, resultado de uma luta muito grande”. No estado, ele afirma que as universidades federais do Pará (UFPA) e do Oeste do Pará (UFOPA) têm se mantido próximas das entidades que representam as comunidades quilombolas. Ele, como membro da coordenação executiva da CONAQ, diz participar de várias reuniões com os reitores e de discussões sobre os editais do Processo Seletivo Especial. Assim como a professora Zélia, ele também destaca o protagonismo dos discentes quilombolas na abertura da Universidade para os membros das comunidades. “Eu particularmente participo de reuniões com a ANDIFES¹⁶, no sentido de tentar levar a experiência do Pará para outros estados onde tem quilombola, nessa questão de possibilidade de ocupação das universidades. Eles têm acolhido, tem dado espaço para diálogo, eu acho que tem sim uma parceria”, diz.

Adelina Brágia também destaca a atuação da UFPA na inclusão dos quilombolas. Para ela, “é compreensível que as matérias tenham dado destaque à conquista do PSS para quilombolas, onde, destaque-se o papel fundamental da UFPA no apoio à questão. Hoje a UFPA tem cerca de 1.500 alunos quilombolas e indígenas entre seus discentes”.

O problema maior na cobertura dos jornais sobre a educação quilombola não está no que foi mostrado, mas sim no que deixou de aparecer: o ensino fundamental e médio e o não cumprimento da Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. José Carlos Galiza afirma que, na visão dele, essa lei nunca foi implementada de fato, apesar dos esforços do movimento para que as prefeituras cumpram sua parte neste trabalho. “A mídia, por exemplo, ainda não atentou pra isso, nem ao menos pra fazer uma busca, para saber como é que tá a educação quilombola no Brasil”, relata.

Adelina Brágia também reconhece que as ações do Estado são muito esparsas no cumprimento da Lei 10.639. “O Estado brasileiro e o estado do Pará têm tido uma atuação

¹⁶ Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

muito frágil em relação a isso. A partir da municipalização do ensino fundamental, os municípios não dão importância alguma à aplicação da Lei 10.639, que obrigaria escolas a valorizar a contribuição dos africanos para a história econômica, social e cultural do país”.

A resolução nº 8 do Conselho Nacional de Educação, que data de 20 de novembro de 2012 e trata especificamente da educação escolar quilombola na educação básica, também é pouco aplicada na prática e não é falada na mídia, conforme lembra a professora Zélia Amador. “O pessoal aí tá na briga para que as escolas deem conta de aplicar esta resolução, porque normalmente quem tá trabalhando nas escolas quilombolas são pessoas de fora que não querem nem saber e aí não dão conta de aplicar a resolução”, alerta.

Com relação à formação de jornalistas, Zélia Amador de Deus criticou os cursos de Comunicação Social da UFPA por não proporcionarem disciplinas específicas sobre as relações étnicas e raciais no Brasil, o que, segundo ela, faz falta para superarmos o imaginário do sistema escravista que ainda permanece na sociedade e nos meios de comunicação.

Precisava que a universidade servisse no mínimo para abrir os horizontes das pessoas que são formadas neste caldo do imaginário social da escravidão. A universidade tinha que fazer a diferença. Quando você chega aqui, a universidade tinha que te mostrar outras coisas, para além daquilo que você traz do seu processo de socialização. E a universidade não tem feito isso e as pessoas entram e saem dela do mesmo jeito. E os jornalistas muito mais (AMADOR DE DEUS, 2019, informação verbal).

D) Violência e Conflitos

Com relação aos conflitos e assassinatos de lideranças quilombolas no Pará, José Carlos Galiza afirma que a mídia noticia os casos de violência, mas o que mais incomoda é a forma como a explicação dos assassinatos é dada. Sobre este aspecto, ele não condena os jornalistas, pois acredita que eles noticiam a versão oficial dada por investigadores da Polícia Civil que, em alguns casos, tratam mortes de quilombolas ameaçados em conflitos fundiários como “crime passional” ou outras razões que não têm a ver com a defesa do território.

Eu posso citar como exemplo o caso do seu Lalor, que pra mim não foi esclarecido e foi muita coincidência que, depois de ele ter participado de uma audiência pública onde ele defendeu o território da comunidade, ele que já vinha respondendo muitos processos contra ele, era uma pessoa que já vinha sendo marcada, ameaçada. De repente, quando ele é assassinado, é colocado como um crime passional. Isso, por exemplo, não me convence. E aí a mídia acaba levando isso também, talvez seja mais as informações dadas pelos policiais (GALIZA, 2019, informação verbal).

O entrevistado se refere ao assassinato de Teodoro Lalor de Lima, que foi presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá, no município de Cachoeira do Arari, e denunciou o avanço da monocultura do arroz na região do Marajó. Seu Lalor foi morto a

facadas em agosto 2013, em Belém, onde estava para participar de um encontro em defesa de comunidades quilombolas. Após meses de investigação, a polícia concluiu que o motivo do crime foi o relacionamento de Lalor com Antônia dos Santos, moradora do bairro da Cabanagem, na capital paraense. O ex-companheiro de Antônia, Carlos Alberto Araújo da Silva, foi condenado a sete anos de prisão pelo crime. Contudo, mesmo após a conclusão das investigações, algumas lideranças quilombolas do Pará acreditam que esta não foi a única motivação para o assassinato¹⁷.

José Carlos Galiza também comenta o livro “Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil”, dizendo que, no país, houve aumento expressivo de morte de quilombolas. O lançamento do livro repercutiu na mídia local, em sites como o Diário Online e ORM News¹⁸ dando destaque para o crescimento do número de assassinatos em 2017.

Adelina Bráglia comentou que o racismo institucional é “muito mais forte do que se presume” e, por isso, é necessária a insistência na investigação de crimes envolvendo vítimas indígenas e quilombolas, para que se tenha conclusões aceitáveis. Com relação ao período pesquisado, a entrevistada disse que “não foi um período de grandes conflitos, mas alguns casos foram acompanhados pelo NUPINQ e pela Malungu, que têm assento no Conselho Estadual de Segurança”. Contudo, ela alertou para “um perigoso avanço nos crimes cometidos contra afro religiosos” e disse que o NUPINQ apoiava a Gerência de Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) para ouvir os representantes dessas religiões e buscar soluções dentro da estrutura do governo.

E) Arte e cultura

Ao saber que a maior parte dos textos encontrados no corpus desta pesquisa são relacionados às editorias de arte e cultura dos veículos pesquisados, a professora Zélia Amador reafirma a importância da arte para a desconstrução do racismo, mas também faz críticas à presença dos negros na literatura e no teatro, bem como ao que é ensinado nos cursos de Letras das universidades brasileiras. “A arte tem uma importância no sentido de trazer a questão para ser debatida, de trazer para cena, digamos assim, a questão racial. Mas na questão racial - e aí

¹⁷ Cf. <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/02/reu-na-morte-de-lider-quilombola-e-condenado-sete-anos-de-prisao.html> e <https://malungupara.wordpress.com/2014/08/19/nota-de-pesar-por-um-ano-de-morte-do-lider-quilombola-teodoro-lalor-de-lima/>

¹⁸ Atualmente, o site se chama **OLIBERAL.com**. Cf. <https://www.oliberal.com/belem/grupo-liberal-lan%C3%A7a-novo-portal-1.2657>

não eu coloco só o teatro - o negro como protagonista no Brasil tem surgido bem recentemente e de forma muito tímida”, declarou.

Com relação à literatura canonizada e que é estudada pela Academia, a professora disse que o Brasil ainda deve para os negros e indígenas um romance ficcional de peso que não faça idealizações tão distantes da realidade desses povos. Durante a entrevista, a única exceção que Zélia Amador de Deus cita nesta linha da literatura canonizada é o romance “Um Defeito de Cor”, escrito por Ana Maria Gonçalves.

Fico me perguntando se não é ele o grande romance que o Brasil deve aos negros. Pode ser que surjam outros, tô falando dessa literatura reconhecida, canonizada e estudada na academia. [...] Mas tem toda uma literatura afro-brasileira que a academia não conhece hoje, e ela tá aí desde o final da década de 1970 resistindo com espaço próprio. Você tem Quilombhoje, os Cadernos Negros com publicações, autores maravilhosos. [...] Mas a academia não conhece Conceição Evaristo, como não conhece Ruth [de Souza], não conhece o Osvaldo Camargo, não conhece Alzira Rufino, não conhece nada disso (AMADOR DE DEUS, 2019, informação verbal).

No teatro, a professora Zélia Amador reflete sobre os estereótipos associados aos personagens negros ao longo do tempo: o negro “vai entrando espaçamente como aquele que desorganiza o espaço familiar, como aquele que é engraçado outras horas, como aquele que faz piada, como a mulata sensual [...]”. Como exceção, a professora cita a peça “Arena Conta Zumbi”, que foi montada pelo Teatro de Arena no final da década de 1970 e conta a luta do Quilombo dos Palmares. Outras produções de profissionais negros do teatro brasileiro não são conhecidas pela Academia, de acordo com a entrevistada.

Pode pegar os cursos de Letras - e eu sei porque eu fiz Letras - você não tem no daqui [da UFPA] por exemplo Literatura Africana de Língua Portuguesa, você não tem uma cadeira de Literatura Afro-brasileira... E aqui não é diferente de outros lugares [...]. Então a gente precisa, na verdade, fazer uma revisão do que se estuda na universidade para que a gente possa contemplar de forma equânime todos os grupos que compõem a sociedade brasileira (AMADOR DE DEUS, 2019, informação verbal).

No Pará, Zélia Amador de Deus cita como positivas as experiências teatrais do Grupo do Edson Katendê e do próprio Cedenpa, que escreveu e montou a peça “Face Negra, Negra Face”.

Adelina Bráglia também reconhece a importância da arte e da cultura das comunidades quilombolas para o Pará. Ela acredita que a cultura e a arte dos quilombos é “talvez o mais forte instrumento de resistência e revigoramento”. No Programa Raízes, ela afirma que foram feitas parcerias com o Instituto de Artes do Pará e a Fundação Curro Velho para percorrer diversas comunidades e registrar a contribuição dos quilombos para a cultura. “Editamos vídeos,

reeditamos o livro do professor Vicente Sales – O negro no Pará, cuja edição estava esgotada – e apoiamos diversos grupos de música e dança para revigorar sua memória”, afirma.

F) Titulações:

De acordo com as entrevistas concedidas por José Carlos Galiza e Adelina Brágliã para este trabalho, as sete matérias sobre o assunto encontradas em nosso recorte metodológico citam todas as titulações de terras quilombolas ocorridas no Pará nesse período. Ambos citaram que o número de titulações é pequeno se comparado a anos anteriores, mas ainda assim o Pará é um dos poucos estados que continuou titulando. Adelina Brágliã explica que o Pará é líder na titulação de terras quilombolas e que 82% delas foram tituladas pelo Governo do Estado. O número não é maior porque, segundo ela, há dificuldade em confirmar documentação e indenizar títulos ou benfeitorias. Há, ainda, uma desordem fundiária no Pará que torna os processos mais lentos.

70% do território paraense está sob jurisdição federal, através de diversos entes (FUNAI, IBAMA, INCRA, áreas de marinha, áreas militares, etc.). Assim, os 30% sob jurisdição do ITERPA, além de proporção mínima, são espalhados, sem continuidade. Já tivemos casos em que a titulação de um território quilombola envolveu parte da jurisdição estadual e parte da federal. O caso mais recente é da comunidade de Ariramba, em Oriximiná, cuja área estadual já foi titulada, mas a área sob responsabilidade federal ainda não, facilitando prováveis conflitos (BRÁGLIA, 2019).

O líder quilombola José Carlos Galiza lembrou, durante a entrevista, de titulações em Oriximiná, Óbidos e Bujaru. “Então houve pelo menos cinco ou seis comunidades no Pará tituladas em 2018, agora o número de titulações diminuiu e em alguns casos diminuiu o tamanho do território também. Eu não sei como é que está sendo passado pela mídia”, afirmou.

G) Economia:

Um dos temas mais escassos dentre os textos encontrados em nosso recorte metodológico, a economia das comunidades quilombolas do Pará é pautada, sobretudo, no extrativismo e na agricultura familiar. Contudo, José Carlos Galiza ressalta que não há um levantamento oficial que dê conta de dizer qual o volume real da produção agrícola das comunidades tradicionais, e isso dificulta a mensuração de sua importância e, conseqüentemente, a divulgação nos meios de comunicação.

Por exemplo, eu sou do município do Acará e eu não sei dizer quantas toneladas de alimento a gente manda pra Belém, mas eu sei que é uma quantidade imensa, só que nunca foi catalogada. As comunidades de Oriximiná, que trabalham com coleta de castanha-do-pará, são muitas

toneladas de castanha, só que a gente nunca catalogou isso. Então enfim, tem várias outras coisas que são produzidas, além de agricultura permanente, que é o plantio de cupuaçu, de pupunha, de várias frutas regionais das comunidades quilombolas. E essa quantidade que abastece Belém, outros lugares e ultimamente até outros países, porque tem comunidades que vendem para essas cooperativas que mandam para exportação. Então a gente não tem isso de forma organizada, o que dificulta de fazer a divulgação do quantitativo, de quanto se tem (GALIZA, 2019, informação verbal)

Outro ponto de atenção levantado pelo entrevistado é a carência de extensão rural, tecnologia e assistência técnica para produtores rurais das comunidades quilombolas. Apesar do orgulho dos agricultores quilombolas em produzir alimentos saudáveis, orgânicos e livres de agrotóxicos, José Carlos Galiza considera que é difícil competir em termos de produtividade sem investimentos em tecnologias que complementem os saberes tradicionais.

A gente precisa trabalhar isso, mas o movimento fica muito ocupado na defesa dos direitos ao território, na defesa do direito à vida e falta tempo para articular e trabalhar nessa questão agrícola. Culturalmente, se aprendeu a dar valor a esses espaços e forma de produzir. Mas hoje, como é um trabalho sem tecnologia avançada, sem assistência técnica, algumas comunidades não querem mais trabalhar da forma que os nossos tataravôs trabalhavam. [...] A gente tem conversado com a UFRA¹⁹ para que abra também processo seletivo para as comunidades quilombolas, porque a gente acha que lá tem mais cursos voltados para a agricultura, para a produção rural. E aí, as comunidades vão poder se formar nessa linha e ajudar suas famílias a desenvolver uma agricultura de uma forma mais compensatória em termos de renda, porque ela já é uma agricultura que compensa por ser produzida organicamente (GALIZA, 2019, informação verbal).

Cabe ressaltar que, a partir de 2003, o Governo Federal instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), na qual diversos grupos sociais passam a ser contemplados por políticas públicas de extensão rural, incluindo especificidades de gênero, raça e etnia – caso das comunidades quilombolas. A PNATER tem objetivo de fomentar o desenvolvimento a partir da produtividade no campo, incluindo ações específicas para a valorização da cidadania, a superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais (incluindo mulheres trabalhadoras rurais, quilombolas e indígenas).

Apesar de o desenho da política pública contemplar ações específicas para quilombolas, na prática, ela pode em muitos casos ser desvirtuada devido ao despreparo dos técnicos contratados para lidar com questões relacionadas ao território quilombola, conforme alerta Santos (2017, p. 1034).

¹⁹ Universidade Federal Rural da Amazônia, com sede em Belém e outros oito campi do interior do Pará.

[...] em se tratando dos povos quilombolas urge o compromisso de se viabilizar nas ações de ATER a sensibilização quanto a um sentido reparativo com vistas à compensação por uma dívida histórica, além do respeito às especificidades étnico-raciais e da valorização concreta desses grupos e seus aspectos identitários e socioculturais. (SANTOS, 2017, p. 1037)

Assim, os operadores da extensão rural para comunidades quilombolas precisam estar atentos às especificidades práticas destes grupos sociais, a fim de que a política pública não seja desvirtuada e, ao invés de fortalecer, acabe prejudicando os saberes, cultura e modos de vida das pessoas para as quais a política pública foi originalmente desenhada.

4. Considerações Finais:

Ao longo da elaboração deste trabalho, indagamos sobre as práticas e mecanismos de formação do profissional de comunicação, que conseguem reproduzir estereótipos e preconceitos, profundamente banalizados.

A literatura que aborda esta questão não foi acessada de forma a ter apontamentos adequados. Surge a necessidade premente de que esses profissionais examinem as influências de estereótipos e preconceitos nas suas práticas e acionem formas de combater a discriminação contra negros, quilombolas, extensivo a indígenas.

Apesar do recorte pequeno nesta pesquisa, a visão panorâmica dos 111 textos encontrados nos permite refletir sobre as características das abordagens da mídia a respeito do movimento negro e quilombola no Pará.

Percebe-se que há maior atenção da mídia para determinada questão quando esta já é um direito consolidado. As histórias de luta do movimento até que direitos como as cotas ou processos seletivos especiais sejam alcançados, geralmente, não aparecem. Direitos já conquistados, mas ainda não efetivados, como a educação escolar quilombola, não apareceram na mídia em nenhum momento dentro do recorte proposto nesta pesquisa – e isto foi observado por todos os entrevistados.

Ao cruzar os temas mais frequentes nas notícias pesquisadas com os relatos das entrevistas, percebe-se que a falta de organização interna da comunicação do movimento negro com assessoria de imprensa, produção para redes sociais e veículos alternativos de comunicação também contribui para que os temas relacionados a negros e quilombolas sejam menos debatidos em escala mais ampla na sociedade. Isto é agravado por problemas financeiros que tornam mais difícil que os movimentos sociais tenham uma equipe de profissionais para organizar sua comunicação.

Conforme já mencionado no item 3.1, é provável que as notícias sobre quilombos tenham aumentado muito em comparação à década passada. Ao analisar as entrevistas, vemos que a mídia, de alguma forma, é moldada também pelo avanço das políticas públicas para negros e quilombolas na sociedade em geral. Esses avanços ocorrem a partir de diálogos e pressões dos movimentos sociais no campo da política e das organizações governamentais.

A partir da postura de jornalistas e também de movimentos sociais, a comunicação pode ter um papel mais estratégico no enfrentamento do racismo na sociedade brasileira e na conscientização geral sobre as particularidades das comunidades quilombolas. Com base nas reflexões feitas até aqui neste trabalho, recomenda-se as seguintes ações para estimular maior equidade social por meio da mídia:

1) Mais trabalhos na linha de divulgação científica, tanto por parte das redações de jornal quanto das instituições de ensino, poderiam significar uma melhor cobertura desses assuntos, uma vez que a divulgação científica tem intenções que vão além das matérias de “serviço”, conforme definição de Wilson Bueno:

A divulgação científica cumpre função primordial: democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada alfabetização científica. Contribui, portanto, para incluir os cidadãos no debate sobre temas especializados e que podem impactar sua vida e seu trabalho, a exemplo de transgênicos, células tronco, mudanças climáticas, energias renováveis e outros itens (BUENO, 2010, p. 5).

Entendemos que a inclusão de um número maior de cidadãos no debate especializado sobre povos e comunidades tradicionais é importante para o Brasil, uma vez que estas somam cerca de cinco milhões de pessoas, ocupam cerca de ¼ do território nacional²⁰ e, ainda assim, possuem dificuldades para efetivar direitos garantidos pela legislação nacional e internacional. Este debate especializado para o público geral da divulgação científica pode ocorrer por meio do jornalismo ou de outras estratégias: eventos, palestras abertas, folhetos, gráficos, livros didáticos, espetáculos artísticos, entre outros. É preciso ir além das matérias que se limitam a anunciar os serviços das universidades para quilombolas, conforme o encontrado recorte desta pesquisa;

2) É necessário que os jornalistas, ao produzir textos sobre comunidades quilombolas, procurem conhecer os direitos que cabem a essas pessoas, buscando informações sobre o artigo

²⁰ Cf. <https://oglobo.globo.com/brasil/povos-tradicionais-ameacados-por-bancada-ruralista-tem-conselho-nacional-abandonado-pelo-governo-23005307>

68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 e sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, entre outros dispositivos legais;

3) Aos jornalistas, também é importante a busca de fontes qualificadas e diversas sobre o assunto em pauta. Ao construir uma reportagem, é preciso acessar movimentos sociais, acadêmicos, órgãos governamentais, entidades de classe, pessoas pertencentes a comunidades quilombolas, entre outros. Por mais que nem tudo esteja presente no texto final, a pluralidade de fontes é o caminho para uma visão mais ampla do problema;

4) Como sempre, é importante a mobilização dos movimentos sociais de negros e quilombolas, no sentido de valorizar a comunicação como área estratégica para os objetivos de qualquer organização que busca diálogo com a sociedade. Esta mobilização passa tanto pelo investimento de tempo e recursos (na medida do possível) na produção de conteúdos próprios para sites, blogs, redes sociais e imprensa, quanto na produção e divulgação de eventos, palestras, manuais e informativos voltados aos jornalistas e sociedade em geral, para educar sobre a forma correta de se referir a negros e quilombolas nas matérias jornalísticas;

4) Instituições de educação precisam se engajar no enfrentamento do racismo de forma mais ativa. No caso das escolas de ensino fundamental e médio, é preciso provocar seus gestores, corpo técnico e docente a cumprir a Lei 10.639 – e esta provocação pode ser feita por meio da comunicação, partindo tanto de entidades do movimento negro e quilombola, quanto da imprensa. No caso das instituições de ensino superior do Pará, observa-se nesta pesquisa que as assessorias de imprensa possuem credibilidade junto aos veículos de comunicação locais. Pode-se aproveitar este fato para oferecer a imprensa mais pautas sobre pesquisas que valorizam a cultura africana e afro-brasileira, denunciam o racismo e fomentam a igualdade;

5) Ainda com relação às instituições de nível superior, a criação de disciplinas específicas para discutir a diversidade étnica e cultural do Brasil seria de grande ajuda – sobretudo nos cursos de comunicação. Dado que a sala de aula é um espaço propício ao debate, aulas que abordem o racismo na mídia nos cursos de comunicação poderiam ser um importante avanço rumo à igualdade racial no país.

Acreditamos que este trabalho tenha cumprido o objetivo de provocar uma reflexão sobre a forma como a mídia fala sobre quilombos e quilombolas no Pará, bem como apresentado sugestões de melhorias na postura dos jornalistas e veículos de comunicação em relação ao assunto, com base na pesquisa empírica realizada e na experiência e vivência dos três entrevistados. Contudo, temos consciência de que este trabalho ainda é insuficiente para dar conta de todos os aspectos que envolvem a produção das notícias sobre quilombos e quilombolas no Pará, visto que não foram consultados os produtores, editores e repórteres dos

veículos pesquisados, tampouco foi consultada uma diversidade de lideranças quilombolas do estado.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV / ABA, 2000. (P. 43-82).

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. 2004. **Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais**. In: Boletim Informativo do NUER. Vol. 2, no 2. Florianópolis (SC).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil. 2007.

BRÁGLIA, Adelina. **Entrevista - Estudo sobre notícias de quilombos e quilombolas no Pará**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <jobsonmurilo@hotmail.com>. em: 18 jan. 2019.

BUENO, Wilson Costa. **Comunicação Científica e Divulgação Científica: aproximações e rupturas conceituais**. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. 1, p.1-12, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/issue/view/596>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – CONAQ, TERRA DE DIREITOS (Curitiba) (Org.). **Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil**. Curitiba: Terra de Direitos, 2018. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/livros/42/racismo-e-violencia-contr-quilombos-no-brasil/22928>>. Acesso em: 25 out. 2018.

DUPRAT, Deborah. Prefácio. In: SHIRAISHI NETO, Joaquim (Org.). **Direitos dos Povos de das Comunidades Tradicionais no Brasil. Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política Nacional**. (PPGSA-UFAM / Fundação Ford/PPGDA-UEA). Manaus: UEA, 2007. (PNCSA. Documentos de Bolso).

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, Globo, (1964)2008.

PERUTTI, Daniela Carolina. **Estudo do caso: Quilombolas de Guajará Mirim e a luta por seu território**. 2013. Disponível em: <<https://porlatierra.org/docs/3401810b6b3be81608bcfb4da89446c9.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SANTOS, Danilo Moreira dos. **Os Quilombolas e Sua Inserção nas Políticas Públicas: subsídios à discussão da política de ATER quilombola**. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 21, n. 2, p.1019-1034, jun. 2017. Semestral. Disponível em: <<file:///C:/Users/jobson.marinho/Downloads/8264-25763-1-PB.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SENADO FEDERAL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: Art. 68**. 2016. Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp>.
Acesso em: 23 jan. 2019.